

O perfil socioeconômico dos discentes de Licenciaturas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CPAN)

The socioeconomic profile of degree students at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), Pantanal Campus (CPAN)

El perfil socioeconómico de los estudiantes de pregrado. en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal (CPAN)

Fabiano Quadros Rückert¹
Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro²
Gonçalina Francisca de Oliveira Martta³

Resumo

O artigo analisa o perfil socioeconômico de 120 discentes matriculados em cursos de Licenciatura na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no Campus do Pantanal (CPAN). Estes discentes representam uma amostra dos acadêmicos que cursam licenciaturas presenciais, na fronteira oeste do Brasil. O conjunto de participantes da pesquisa é composto por discentes que aceitaram responder um questionário disponibilizado na Plataforma *Google Forms*, no período entre 01 de agosto e 30 de setembro de 2023. O questionário contemplou aspectos como gênero; raça; faixa etária; situação laboral; composição familiar dos discentes; e também registrou informações sobre a trajetória escolar e as suas expectativas em relação à formação recebida no Ensino Superior. A partir dos dados coletados e com o auxílio de pesquisas que abordam o processo de democratização do Ensino Superior, o artigo busca ampliar o conhecimento existente a respeito dos discentes de Licenciaturas que residem na fronteira Brasil/Bolívia.

Palavras chaves: Democratização do Ensino Superior, discentes, Cursos de Licenciatura.

Abstract

The article analyzes the socioeconomic profile of 120 students enrolled in undergraduate courses at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), on the Pantanal Campus (CPAN). These students represent a sample of academics who study in-person degrees on the western border of Brazil. The group of research participants is made up of students who agreed to respond to a questionnaire made available on the Google Forms Platform, between August 1st and September 30th, 2023. The questionnaire covered aspects such as gender; race; age group; employment situation; family composition of students; and also recorded information about their academic trajectory and their expectations regarding the training received in Higher Education. Based on the data collected and with the help of research that

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá/MS, Brasil.

E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>

²Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá/MS, Brasil.

E-mail: felipemaropo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6474-3848>

³Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá/MS, Brasil.

E-mail: linamartta.ufms@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7305-6973>

addresses the process of democratization of Higher Education, the article seeks to expand existing knowledge regarding undergraduate students residing on the Brazil/Bolivia border.

Key Words: Democratization of Higher Education, students, Teacher Training Courses.

Resumen

El artículo analiza el perfil socioeconómico de 120 estudiantes matriculados en cursos de pregrado para docentes en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), en el Campus Pantanal (CPAN). Estos estudiantes representan una muestra de académicos que cursan carreras presenciales en la frontera occidental de Brasil. El grupo de participantes de la investigación está formado por estudiantes que aceptaron responder un cuestionario disponible en la Plataforma *Google Forms*, entre el 01 de agosto y el 30 de septiembre de 2023. El cuestionario abarcó aspectos como género; carrera; grupo de edad; situación laboral; composición familiar de los estudiantes; y también registró información sobre su trayectoria académica y sus expectativas respecto de la formación recibida en la Educación Superior. A partir de los datos recopilados y con la ayuda de investigaciones que abordan el proceso de democratización de la Educación Superior, el artículo busca ampliar el conocimiento existente sobre los estudiantes de pregrado que residen en la frontera Brasil-Bolivia.

Palabras clave: democratización de la educación superior, estudiantes, Cursos de Formación Docente.

Introdução

No transcurso das últimas décadas ocorreu no Brasil um expressivo aumento na oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. O fenômeno iniciou-se na década de 1990 e intensificou-se nos dois últimos decênios.

Segundo o Censo de Educação Superior de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período entre 2001 e 2010, o número de discentes matriculados nas IES públicas (federais, estaduais e municipais) passou de 944.584 para 1.643.298. O aumento na rede pública, apesar de acentuado, não alterou o predomínio das IES privadas no conjunto total de ofertas. Em 2010, 74,2% dos discentes do Ensino Superior estavam matriculados na rede privada (índice superior aos 68,9% registrados em 2001) (BARROS, 2015, p. 363).

Em 2020, o INEP apresentou os resultados do novo Censo de Educação Superior e os números confirmaram a continuidade do crescimento mais acelerado na oferta de vagas no setor privado. No respectivo ano, a rede de IES privada ofertou 95,6% do total de vagas em cursos de graduação e a rede pública ofertou 4,4% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p.

15). No hiato de tempo entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8% e a rede pública 10,07% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 18).

O Censo de Educação Superior de 2020 também apresentou um fato novo no histórico do Ensino Superior no Brasil: pela primeira vez, o número de matrículas na modalidade Educação a Distância (EaD) superou o número de matrículas em cursos presenciais. Entre 2010 e 2020, a participação da EaD no total de matriculados passou de 17,4% para 53,4%. Neste mesmo hiato de tempo, “o número de ingressos variou negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos à distância aumentou 428,2% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 17).” Segundo Sá Filho (2022, p.11), no ano de 2000, existiam apenas 10 cursos EaD credenciados no Ministério da Educação, e este número passou para 2.108 cursos, em 2018.

Dentre os diversos fatores que influenciam no crescimento de matrículas na modalidade EaD, importa destacarmos (i) a implantação do Decreto 5.800 de 8 de junho de 2005 que institui o Sistema UAB e incentivou a oferta de cursos EaD nas IES; (ii) a gradual ampliação no acesso da população à Internet; (iii) o aprimoramento de softwares educacionais e de plataformas direcionadas para cursos à distância; (iv) a oferta de cursos EaD na rede privada com custo reduzido em relação aos similares presenciais; (v) a possibilidade de realização das atividades de estudo em horários diferenciados; e (vi) a flexibilização das exigências para implementação de cursos EaD implantada pelo Decreto nº 9.057 de 2017. Além dos fatores supramencionados, a Pandemia de COVID 19 também contribuiu para o crescimento no número de matrículas na modalidade EaD.

Não é nosso objetivo adentrar na acirrada discussão sobre as intencionalidades e resultados do processo de “mercantilização” do Ensino Superior no Brasil, uma vez que diversos autores produziram interessantes estudos sobre este processo. Contudo, consideramos pertinente ressaltar que uma parte do incremento na oferta de vagas na rede privada de Ensino Superior foi financiada com recursos públicos procedentes do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999 (BRASIL, 1999), e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096/2005 (BRASIL, 2005). Em ambos os casos, tanto no FIES, quanto no PROUNI, a atuação do governo federal, alocando recursos públicos em IES privadas, foi justificada “pela retórica de justiça social e de inclusão das camadas sociais menos favorecidas, [...]. (CARVALHO, 2006, p. 980)”.

Sob um ponto de vista do mercado, podemos dizer que a política de expansão do acesso ao Ensino Superior implantada pelo Governo Federal produziu resultados positivos, na medida em que ampliou o número de profissionais com formação de nível superior e consolidou o predomínio das IES privadas, no âmbito dos cursos de Graduação. Sob o ponto de vista das IES públicas mantidas pela União, a mesma política produziu resultados ambíguos: inicialmente, a abertura de novas universidades e a criação de Institutos Federais impactou na ampliação de oferta de matrículas na rede federal de Ensino Superior, sobretudo em áreas interioranas (TAVARES, 2021; OLIVEIRA, et. al.; 2022); contudo, a partir de 2014, todas as IES federais se defrontaram com sucessivos cortes orçamentários e enfrentaram dificuldades para manutenção da infraestrutura, financiamento da pesquisa e reposição dos quadros funcionais.

Considerando o contexto mais amplo da Educação Superior no Brasil, e sem perder de vista que em determinadas situações existe uma “competição” por discentes entre IES públicas e privadas, acreditamos ser pertinente desenvolver uma reflexão centrada nos discentes matriculados em cursos presenciais de Licenciatura na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no Campus do Pantanal (CPAN).

Procedimentos metodológicos

A escolha do público alvo da pesquisa não foi aleatória. Ela se justifica porque no período entre 2010 e 2020, as matrículas nos cursos presenciais de Licenciatura apresentaram retração no Brasil, e, no sentido inverso, o número de matrículas em Licenciaturas na modalidade EaD cresceu de forma acentuada (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Diante da tendência nacional de crescimento no número brasileiros matriculados em cursos Licenciatura nesta modalidade, os discentes que participaram da pesquisa representam uma interessante amostra do conjunto mais amplo de sujeitos que, em diferentes localidades do Brasil, resistiram aos atrativos da modalidade EaD e optaram por um curso de Licenciatura na modalidade presencial.

No intuito de conhecer com mais profundidade as condições socioeconômicas deste segmento discente, e almejando compreender elementos que influenciaram na escolha pela graduação numa IES pública e na modalidade presencial, elaboramos um questionário que foi enviado para os Coordenadores de Cursos de Licenciatura do CPAN, e, por intermédio destes,

foi repassado para os discentes. O resultado do procedimento foi a adesão voluntária de 120 discentes que responderam ao questionário disponibilizado na Plataforma *Google Forms*, no período entre 01 de agosto e 30 de setembro de 2023.

Por se tratar de uma pesquisa baseada na adesão voluntária, consideramos positivo o número de participantes. Este número corresponde a 15% do total dos 799 discentes matriculados nos cursos de Licenciatura do CPAN, no ano de 2023. Outro aspecto positivo é que o conjunto de participantes contempla discentes de todas as Licenciaturas do CPAN. No entanto, a representatividade não foi proporcional. Os cursos com maior número de participantes foram Educação Física (35), História (28) e Ciências Biológicas (22). No sentido inverso, os cursos com menor número foram Geografia (5) e Pedagogia (4). Apesar destas disparidades na representação dos cursos, consideramos a amostra como válida para os objetivos da pesquisa.

No que diz respeito ao questionário aplicado, ele foi composto por 19 questões que se configuram como objetivas e 5 que se configuram como questões abertas. O questionário contemplou aspectos como gênero; raça; faixa etária; situação laboral; composição familiar dos discentes; e também registrou informações sobre a trajetória escolar e as suas expectativas em relação à formação recebida no Ensino Superior.

A partir dos dados coletados por meio do questionário, estabelecemos comparações entre o perfil socioeconômico dos discentes matriculados em cursos de Licenciatura do CPAN, no ano de 2023, e os dados reunidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES) na “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018”. O intuito da comparação foi identificar similaridades e diferenças entre os dois grupos de discentes.

Na sequência, organizamos a análise das respostas coletadas da seguinte forma: nas duas primeiras seções do artigo, destacamos uma parte das respostas registradas para as questões objetivas do questionário; posteriormente, destacamos as respostas recebidas para uma das questões abertas.

Quem são os discentes matriculados nos cursos de Licenciatura da UFMS – CPAN?

No conjunto total dos participantes da pesquisa, constatamos o predomínio do gênero feminino (60%). Neste aspecto, o perfil dos discentes das Licenciaturas do CPAN apresenta

uma representação menor no gênero feminino do que a observada no perfil nacional. Segundo o Censo de Educação Superior de 2020, no respectivo ano, 72,8% das matrículas foram efetuadas pelo gênero feminino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 26). Cabe a ressalva de que a nossa amostra contou com apenas 04 participantes do Curso de Pedagogia - um curso tradicionalmente frequentado por um público predominantemente feminino.

Na questão referente ao perfil étnico-racial dos discentes, o questionário ofereceu as categorias de auto identificação usadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescidas das categorias “indígena” e da opção “prefiro não declarar”. Dos 120 participantes, 62 (= 51,7%) marcaram a opção “parda”; 40 (= 33,3%) a opção “branca”; 15 (=12,5%) a opção “preta”; e 2 (= 1,7%) se auto identificaram com a opção “amarela”. Apenas 1 participante (= 0,8%) marcou a resposta “prefiro não declarar” e a opção “indígena” não foi acionada.

No intuito de comparar o perfil étnico-racial dos discentes das Licenciaturas do CPAN com o quadro mais amplo dos discentes do Ensino Superior no Brasil, consultamos o documento publicado pelo Ministério da Educação com estatísticas do Censo de Educação Superior de 2020. Mas para nossa surpresa, neste documento, não localizamos dados étnico-raciais. Persistindo na intenção de estabelecer um comparativo, optamos por consultar os dados coletados pela ANDIFES na “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES - 2018”.⁴ No Quadro 1, reunimos os dados apresentados pelo documento da ANDIFES e os dados coletados pelo nosso questionário, respondido pelos discentes de Licenciatura do CPAN.

Quadro 1: Comparativo de dados étnico-raciais entre a pesquisa da ANDIFES (2018 [2019]) e os discentes de Licenciatura do CPAN (2023)

Dados da pesquisa da ANDIFES (2018[2019])		Dados dos discentes de Licenciatura do CPAN (2023)	
“cor-raça”	% nas IFES	“cor-raça”	% de respostas
amarela	2,1	amarela	1,7

⁴ A quinta edição da pesquisa da ANDIFES foi publicada em 2019, a partir dos dados coletados em 2018. No artigo, optamos por usar o ano de 2018 como referência para as comparações.

branca	43,3	branca	33,3
parda	39,2	parda	51,7
preta	12,0	preta	12,5
indígena	0,9	indígena	0,8
sem declaração	2,5	prefiro não declarar	0,0

Fonte: ANDIFES, 2019, p. 21 (adaptado) e questionário aplicado pelos autores.

A comparação dos dados nos permite identificar que as principais diferenças incidem na maior presença de discentes que se auto identificaram pela cor-raça “parda” na amostra do CPAN (51,7%), em relação à porcentagem registrada pela ANDIFES (39,2%); e na maior porcentagem de discentes classificados na cor-raça “branca” na pesquisa da ANDIFES (43,3%), em relação aos 33,3% registrados na amostra do CPAN. Apesar das diferenças apontadas, seria incorreto pensar que o padrão étnico-racial dos discentes de Licenciatura do CPAN destoa do perfil nacional. As similaridades são mais expressivas do que as diferenças.

Os dados apresentados pela ANDIFES, na quinta edição da sua pesquisa sobre os discentes que ingressam nas IES federais, nos revelam uma mudança na composição étnico-racial do segmento populacional que acessa o Ensino Superior ofertado pelo governo federal. No hiato de tempo entre 2003 e 2018, a participação dos discentes que se auto identificaram pela cor-raça “preta” cresceu de 5,9% para 12%; e a participação de auto identificados pela cor-raça “parda” cresceu de 28,3 para 39,2. No mesmo período, a participação de auto identificados pela cor-raça “branca” apresentou declínio, passando de 59,4% em 2003 para 43,3% em 2018 (ANDIFES, 2019, p.21). A mudança apontada não pode ser dissociada das políticas de ações afirmativas implantadas nas IES federais, ao longo dos últimos decênios. Inicialmente, a oferta de ações afirmativas para IES federais era facultativa, mas a partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012 - popularmente conhecida como Lei de Cotas -, a oferta tornou-se obrigatória (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013; GODOI, SANTOS, 2021).

Cabe ressaltar que a Lei de Cotas buscou impactar na composição étnico-racial do Ensino Superior de forma indireta, uma vez que a sua prioridade, conforme consta no Artigo 1º, foi determinar que, em todas instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação, fossem reservadas, “no mínimo 50% (cinquenta por cento)” das suas vagas “para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.” (BRASIL, 2012). Ao instituir um percentual de reservas para estudantes procedentes de escolas públicas, o governo federal, indiretamente, estimulou a ampliação no ingresso de negros, pardos e indígenas no Ensino Superior. Neste sentido, concordamos com Feres Júnior e Campos quando eles afirmam que as ações afirmativas implantada no Brasil não se enquadram na “política típica do multiculturalismo” e seguem a lógica principal “da justiça social, nos termos de um liberalismo igualitário” (FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2016, p. 287).

A discussão sobre os motivos do crescimento de negros, pardos e indígenas no Ensino Superior excede os objetivos do nosso texto. Contudo, ela foi inserida no artigo para que o leitor possa estabelecer comparações entre o perfil dos discentes de Licenciatura do CPAN e a conjuntura nacional. Avançando nessa direção, apresentamos, no Quadro 2, os dados referentes a faixa etária dos participantes da nossa pesquisa e a faixa etária dos discentes que participaram da pesquisa da ANDIFES, em 2018.

Quadro 2: Faixa etária dos discentes de Licenciaturas do CPAN (2023) e faixa etária dos discentes que participaram da pesquisa da ANDIFES (2018 [2019])

Dados da pesquisa da ANDIFES (ano 2018 [2019])		Dados dos discentes de Licenciatura do CPAN (2023)	
Faixa etária	%	Faixa etária	%
“menor que 20”	18,6%	“menos de 20 anos”	26,7% (= 32)
Faixa etária de 20 a 29 anos	66,6%	“entre 21 e 30”	57,5% (= 69)
“Maior ou igual a 30”	14,8%	“entre 31 e 40”	11,7% (=14)
		“entre 41 e 50”	3,3% (= 4)
		“entre 51 e 60”	0,8% (=1)

Fonte: ANDIFES, 2019, p. 21 (adaptado) e questionário aplicado pelos autores

De acordo com O Quadro 2, a participação de discentes com idade inferior a 20 anos nos cursos de Licenciatura do CPAN é superior à participação desta faixa etária na pesquisa da ANDIFES. Contudo, esta diferença precisa ser relativizada. Nossa pesquisa foi produto da adesão voluntária dos participantes e produziu uma amostra aleatória do conjunto de 799 discentes que em 2023, efetuaram matrícula em Licenciaturas do CPAN. E a pesquisa da ANDIFES incorporou informações de todos os discentes que ingressaram nas IES federais, em 2018.

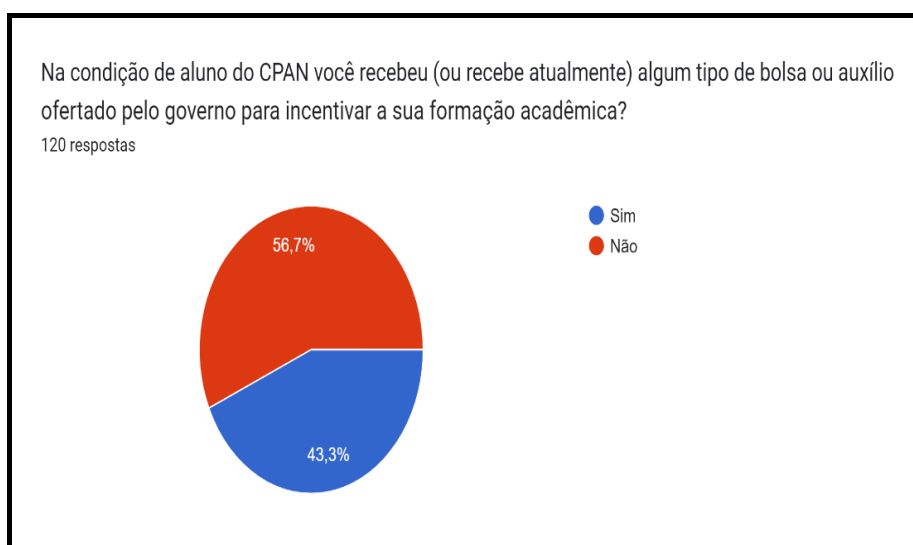
A maioria absoluta dos 120 participantes da nossa pesquisa responderam “Sim” para a pergunta: “Você exerce alguma atividade profissional?”. Apenas 06 participantes responderam “Não”. Na sequência da pergunta, oferecemos a opção de descrição da atividade profissional exercida. As respostas coletadas neste item opcional do questionário não correspondem à totalidade da amostra, mas registram informações importantes. Tecnicamente, algumas ocupações informadas não se enquadram como “atividade profissional”, este do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e do Programa de Residência Pedagógica. O fato destes programas serem considerados como “atividade profissional” por alguns discentes, nos permite inferir a existência de interpretações equivocadas a respeito de ações políticas cuja prioridade é qualificação da formação dos discentes, e não a concessão das bolsas.

A diversidade de atividades profissionais informadas é impressionante, sobretudo porque aponta para a existência de uma dupla sobrecarga de compromissos que os discentes de Licenciatura do CPAN administram: de um lado, eles possuem compromissos profissionais; e do outro, precisam atender às exigências do Ensino Superior para obter a aprovação nas disciplinas cursadas.

Nada sabemos sobre a renda per capita destes discentes. Provavelmente, a maior parte deles usa as receitas das atividades laborais para despesas domésticas e para pagar gastos com transporte, alimentação, material didático, acesso à Internet e atividades de esporte e lazer. Cabe ressaltarmos que as opções de gastos em esporte e lazer são mais restritas para os 21 discentes (= 17,5%) que informaram possuir filhos. E o mesmo pode ser dito para os 25 (= 20,8%) que responderam “Sim” para a pergunta: “Você é o principal responsável pelo sustento econômico de sua família?”

Conciliar os estudos com a necessidade de possuir uma renda financeira é um desafio enfrentado pela maior parte dos discentes de Licenciatura matriculados no CPAN, no ano letivo de 2023. Dentro deste contexto, a concessão de bolsas [via programas como PIBID, PIBIC e Residência Pedagógica] e a concessão para discentes em situação de vulnerabilidade social [procedimento previsto no Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES] ganha importância. Cientes deste fato, inserimos no questionário uma questão para saber quantos discentes de Licenciatura recebem algum tipo de bolsa ou auxílio. As respostas recebidas para a respectiva questão estão representadas no Gráfico 1.

Gráfico 1: Discentes de Licenciaturas do CPAN que recebem bolsa ou auxílio



Fonte: questionário aplicado pelos autores

A porcentagem de 43,3% de participantes que responderam “Sim” para a pergunta destacada no Gráfico 1 é elevada. Ela corresponde a 52 discentes. Dentro deste subconjunto, 27 discentes recebem a bolsa de Residência Pedagógica; 21 recebem a bolsa do PIBID; 06 recebem bolsa do PIBIC; e 16 discentes são beneficiados pelo Auxílio Permanência.

A concessão de bolsas via Residência Pedagógica, PIBID e PIBIC envolve critérios que não estão diretamente relacionados à condição socioeconômica dos discentes. Situação diferente ocorre com a concessão do Auxílio Permanência: neste, a comprovação da vulnerabilidade do discente que solicita o benefício é o critério principal.

No nosso entendimento, apesar de distintos nas intencionalidades e nos procedimentos para seleção dos beneficiários, tanto o Auxílio Permanência, quanto às bolsas do PIBIC, do

PIBID e do Residência Pedagógica, se configuram como incentivos para os discentes de Licenciatura matriculados no CPAN possam obter êxito na sua formação acadêmica. E, sob o ponto de vista institucional, as bolsas e o Auxílio Permanência são importantes para o CPAN porque possibilitam a redução nos índices de evasão e retenção.

Para finalizar a presente seção, apresentamos dados referentes à naturalidade dos discentes que participaram da pesquisa. Do conjunto total de 120 discentes, 91 são naturais de Corumbá (MS), 10 são naturais de Ladário (MS), 02 são naturais de Nioaque (MS) e 01 de Campo Grande (capital de MS). Um dos discentes (01) afirmou ser natural da Bolívia, sem especificar a cidade de nascimento; e outros 15 afirmaram ser naturais de cidades que não pertencem ao estado de Mato Grosso. Neste subgrupo, registramos participantes naturais das seguintes localidades: 01 de Nova Russa (CE); 01 de Cuiabá (MT); 01 de Cáceres (MT); 01 de Várzea Grande (MT); 01 de Nova Iguaçu (RJ); 05 da cidade do Rio de Janeiro (RJ); 01 de Mesquita (RJ); 01 de Recife (PE); 01 de Olinda (PE); 3 de São Paulo (SP).

A existência de 15 discentes na amostra que nasceram em outros Estados do Brasil, provavelmente está relacionada ao trânsito de militares e de suas famílias pela fronteira e também pode estar associada à presença de diversas instituições federais, na cidade de Corumbá. Quanto ao discente que informou ser natural da Bolívia, sua participação na amostra, apesar de pequena (equivale a menos de 1%), é importante. Considerando o elevado número de bolivianos residentes em Corumbá e tendo em vista que as Unidades 01 e 02 do CPAN estão localizadas há cerca de 10 Km da fronteira da Bolívia, surpreende que apenas 01 participante tenha naturalidade boliviana. O fato nos induz a cogitar a hipótese de que os cursos de Licenciatura ofertados pela UFMS, no Campus do Pantanal, não são atrativos nem para os bolivianos residentes em Corumbá, nem para os bolivianos residentes em Puerto Quijarro e Puerto Suárez, as duas cidades da Bolívia que fazem fronteira com Corumbá. Contudo, esta hipótese precisa ser submetida à uma análise mais aprofundada e testada empiricamente - tarefas que excedem o escopo do nosso artigo.

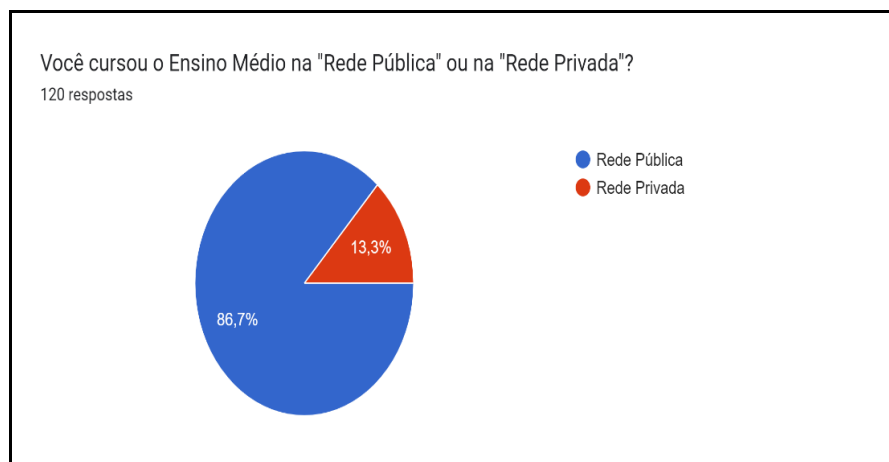
Notas sobre a trajetória de escolarização dos discentes de Licenciaturas do CPAN

Na bibliografia acadêmica existem diversas pesquisas que analisam a trajetória de escolarização de diferentes grupos sociais. Dentre as obras que são referência para o tema, destacamos as publicadas por Bourdieu e Passeron (1975 e 2014); Lahire (1997 e 2004);

Nogueira, Romanelli e Zago (2000); Coulon (2008 e 2017); Dayrell et. al. (2012). Estas obras, apesar de distintas nos procedimentos metodológicos e nas escalas de abordagem, dialogam, de forma direta ou indireta, com três temas relevantes para a Sociologia da Educação. São eles: (1) a antiga e persistente discussão sobre o papel das desigualdades socioeconômicas e culturais na escolarização dos grupos sociais; (2) as múltiplas estratégias de escolarização que caracterizam determinados grupos sociais, mas não condicionam o comportamento dos seus membros; e (3) as complexas relações entre as instituições de ensino, as famílias e os principais sujeitos envolvidos no processo de escolarização (discentes e docentes).

O questionário que aplicamos não oferece elementos para uma abordagem aprofundada sobre a trajetória de escolarização dos discentes de Licenciatura do CPAN. No entanto, ele contém uma pergunta que nos permite saber se estes sujeitos cursaram o Ensino Médio em escolas da rede pública ou em escolas da rede privada. No Gráfico 2 apresentamos as respostas para a respectiva pergunta.

Gráfico 2: tipo de escola frequentada no Ensino Médio



Fonte: questionário aplicado pelos autores.

Constatamos que a porcentagem de discentes que cursou o Ensino Médio em escolas públicas (86,7%) foi superior a porcentagem registrada pela pesquisa da ANDIFES, em 2018 (64,7%). Possivelmente, a diferença é consequência da ausência de discentes matriculados em Cursos de Bacharelado na nossa amostra, que intencionalmente, foi direcionada para os discentes matriculados nas Licenciaturas do CPAN.

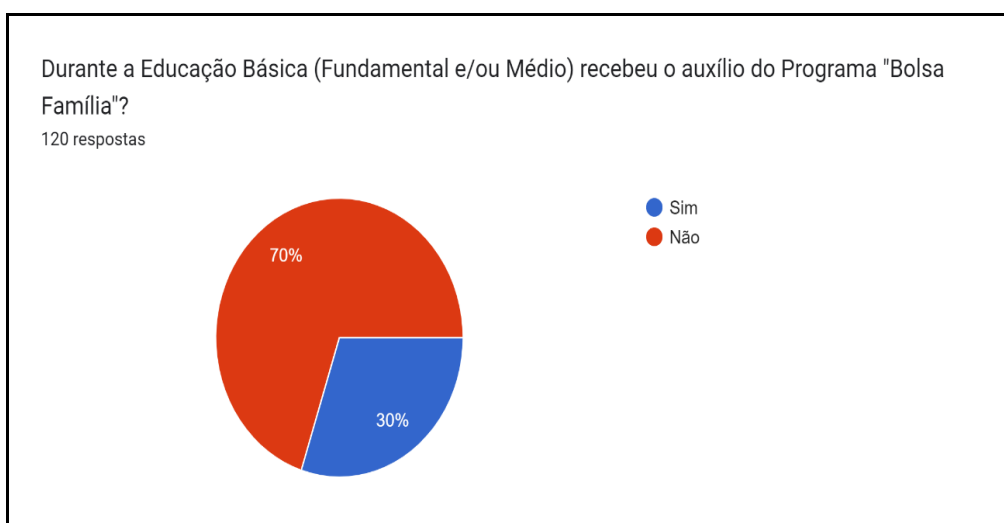
A priori, o fato de um discente ter cursado o Ensino Médio na rede pública ou na rede privada pode ser interpretado como um indicativo indireto da condição socioeconômica

familiar. O indicativo é indireto porque não permite saber com precisão qual a renda per capita que a família possuía no período em que ele conclui o ensino secundário. Geralmente, os filhos de famílias com renda per capita mais baixa enfrentam maiores dificuldades para concluir a Educação Básica, e, com frequência, ingressam de forma precoce no mercado de trabalho. E, como consequência das adversidades e da necessidade de contribuir com a renda familiar, muitos jovens abandonam o Ensino Médio, sobretudo na rede pública.

Os dados sobre a Educação coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), indicam que em 2019, “mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram” o Ensino Médio (IBGE, 2020). Segundo o IBGE, apesar da tendência de crescimento no número de jovens que possuem 25 anos e o Ensino Médio completo, o abandono escolar permanece elevado. Cerca de “50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, [...]” (IBGE, 2020).

Dentro deste contexto, consideramos relevante o papel do Programa Bolsa Família (PBF) como política pública de enfrentamento à pobreza e como incentivo ao prolongamento da escolarização dos segmentos mais pobres da população brasileira. Uma parte minoritária dos beneficiários do (PBF) conclui o Ensino Médio e ingressa no Ensino Superior. No caso específico da nossa pesquisa, o Gráfico 3 registra a presença de discentes que foram beneficiários do PBF durante a Educação Básica.

Gráfico 3: Discentes de Licenciaturas que receberam o benefício do PBF na Educação Básica



Fonte: questionário aplicado pelos autores

No nosso entendimento, os discentes que responderam “Sim” para a pergunta destacada no Gráfico acima, procedem de famílias que em algum momento do passado recente, possuíam baixa renda per capita, uma vez que a concessão do benefício sempre foi condicionada a renda informada pelas famílias. O fato de que 30% (= 36) dos 120 participantes tenha recebido, durante a sua trajetória escolar, o auxílio do PBF, pode ser interpretado numa dupla perspectiva. Sob certo ponto de vista, indica a existência de um efeito positivo na política de transferência de renda condicionada, operada pelo PBF. E sob outro ponto de vista, indica a possibilidade de que estes estudantes ingressaram no Ensino Superior em condições socioeconômicas desfavoráveis. Neste sentido, seria ingenuidade pressupor que a conclusão do Ensino Médio e o acesso à um curso de nível superior anula a situação de pobreza de um sujeito e da sua família.

A escolha por um curso de Licenciatura no CPAN: algumas considerações

No questionário que elaboramos, inserimos uma questão aberta que tratava especificamente da escolha pelo ingresso na Licenciatura. A pergunta nos remete ao fenômeno social da escolha profissional – assunto contemplado por diversas pesquisas acadêmicas.

A escolha por um determinado curso de nível superior é motivada por diversos fatores e se configura como multicausal. Neste tipo de escolha, podem coexistir – com maior ou menor intensidade – motivações geradas por pressões sociais, experiências pessoais e interesses financeiros (LARA et al; 2005); estímulos de ordem política (SOARES, 2002); expectativas da família introjetadas na psicologia do sujeito (ROSSI, 1999; BOHOSLAVSKY, 2007); desejo de realização pessoal, vocação e perspectiva de ascensão financeira (SOARES, 2007); a influência de amigos (PEREIRA; GARCIA, 2007); a influência de familiares e a amplitude do mercado de trabalho (BIASE, 2008). Além dos fatores supramencionados, também existem pesquisas que abordam com maior ênfase a influência das questões de gênero na escolha profissional (SILVA, 1999; LEMOS; et. al., 2005; TEIXEIRA; ROCHA, MENEGOTTO, 2006; PESSOA; VAZ; BOTASSIO, 2021).

Cientes de que a multiplicidade de fatores analisados pelas pesquisas que interpretam as escolhas profissionais excede os limites da nossa pesquisa, optamos por uma abordagem

mais superficial do tema e inserimos no questionário uma questão aberta com o enunciado: “Por que decidiu cursar a Licenciatura na qual você está matriculado?”.

Diante da diversidade de respostas recebidas, adotamos os seguintes procedimentos: realizamos a leitura de todas as respostas e identificamos argumentos recorrentes; e, posteriormente, a partir dos argumentos recorrentes, agrupamos as respostas nas categorias: (a) “gosto”, “interesse” e “curiosidade”; (b) “identificação” e “afinidade”; (c) “mercado de trabalho”; (d) motivação de ordem emocional; (e) “Nota” ou falta da opção preferencial. No Quadro 01, indicamos os números de respostas enquadradas nas respectivas categorias e inserimos alguns exemplos respostas para cada categoria.

Quadro 1: tipologia de respostas para a pergunta:
“Por que decidiu cursar a Licenciatura na qual você está matriculado?”

Categorias de agrupamento	Exemplos de respostas
(a) “gosto”, “interesse” e “curiosidade”;	Tenho afinidade e gosto da área.
	Curiosidade, para saber como era o curso.
	Gosto da proposta do curso, acho muito interessante a História.
	Curiosidade.
	Interesse e apego pelos conteúdos do ensino básico.
	Gosto da Docência.
(b) “identificação” e “afinidade”	Dos cursos disponíveis era o que mais me identificava.
	Identificação mais elevada.
	Por afinidade com os conteúdos desde a época do ensino médio.
	Por me identificar e já vir de outros processos dentro das humanidades.
	Afinidade com a matéria de história e busca pelo conhecimento.
	Opção que mais me identifiquei.
	Pelo salário.
	Para atuar em profissões que requerem o curso de licenciatura.

(c) “mercado de trabalho”;	Quero garantir uma graduação, assim conseguir fazer outros concursos.
	Pelas possibilidades de carreira.
	Expectativas de trabalho
	Por interesse em ter profissão de nível superior.
(d) motivação de ordem emocional	Por que eu amo os animais e a natureza.
	Pelo amor ao ensinamento.
	Sou apaixonada por esportes.
	Em busca de um sonho de ser professor.
	Sonho dos meus pais.
	Porque amo esporte.
(e) “Nota” ou falta da opção preferencial.	Notas de Enem.
	Baixa nota de corte.
	Pois não tinha opção bacharel e nem a minha primeira opção de curso.
	Porque eu passei pelo SISU, através do ENEM.
	Foi o que deu.
	Decidi cursar licenciatura por que não havia bacharelado de ciências biológicas no campus.

Fonte: Questionário aplicado pelos autores

No Quadro 1 constam 31 das 120 respostas recebidas. Intencionalmente, não inserimos na coluna de exemplos as respostas que contemplavam 2 ou mais motivos. No conjunto total, observamos um predomínio de respostas que se enquadram nas categorias **(a)** e **(b)**. As respostas enquadradas na categoria **(d)**, por sua vez, surpreendem porque ressaltam a construção de vínculos afetivos entre os discentes e os temas contemplados pelos cursos de Licenciatura.

As categorias **(a)** e **(b)**, apesar de distintas, destacam motivações subjetivas e ressaltam a existência de influências da escolarização básica nas escolhas dos discentes que frequentam cursos de Licenciatura no CPAN.

O baixo número de respostas que se enquadram na categoria (c) nos permite inferir que a maior parte dos participantes não escolheu cursar uma Licenciatura pensando, prioritariamente, nas demandas do “mercado de trabalho”. As respostas sugerem que, no ato da escolha por uma determinada Licenciatura, os futuros discentes avaliam as suas habilidades; respondem aos estímulos do “gosto” e da “curiosidade” e valorizam experiências de ensino/aprendizado vivenciadas na Educação Básica.

As respostas agrupadas na categoria (e) comprovam que alguns discentes ingressam nas Licenciaturas do CPAN por falta de outras opções de curso ou por limitações decorrentes da nota obtida no ENEM. Situações deste tipo foram identificadas na pesquisa, mas elas são exceções, e não devem ser superestimadas.

No subconjunto dos 80 discentes da amostra que ingressaram no CPAN via ENEM, 50 informaram que efetuaram matrícula no curso elegido como 1ª escolha. Neste sentido, nossa amostra refuta a preconceituosa ideia de que o público das Licenciaturas é formado por discentes que não atingiram notas para pleitear vagas em cursos de Bacharelado.

Considerações Finais

Os dados coletados pelo questionário que aplicamos se configuram como uma amostra de 120 participantes na totalidade de 799 discentes matriculados em cursos presenciais de Licenciatura na UFMS, Campus do Pantanal. Gerados a partir de uma pesquisa de adesão voluntária, eles possuem disparidades na representatividade dos cursos. Contudo, eles podem ser considerados como um conjunto homogêneo a partir do vínculo comum entre os discentes e a área da Educação.

Nos aspectos de gênero, raça e faixa etária, o perfil dos discentes de Licenciatura do CPAN, no ano letivo 2023, apresenta similaridades com o perfil dos discentes que ingressaram nas IES federais, em 2018. Com a ressalva de que a baixa participação de discentes da Pedagogia na nossa amostra pode ter alterado a proporção do gênero feminino no conjunto das 120 respostas.

A maior parte dos discentes que responderam ao questionário cursou o Ensino Médio em escolas públicas – uma situação que também apresenta similaridades com o perfil de discentes apresentado pela pesquisa ANDIFES, publicada em 2019.

Intencionalmente, não incluímos informações sobre a renda per capita dos discentes no nosso questionário. Mas indiretamente, coletamos duas informações relevantes sobre a condição socioeconômica dos discentes de Licenciatura do CPAN. A primeira informação diz respeito ao passado dos discentes: 30% informou ter recebido o benefício do Programa Bolsa Família durante a sua Educação Básica. Estes dados sugerem [e apenas sugerem] a existência de uma relação entre a política de transferência de renda condicionada, executada pelo PBF, e a inserção de sujeitos procedentes de famílias pobres no Ensino Superior – assunto que demanda uma investigação mais aprofundada. A segunda informação nos remete ao tempo presente: 16 discentes informaram receber o Auxílio Permanência. Isto significa que este subgrupo de discentes, que corresponde a 13% do conjunto total dos 120, está cursando o Ensino Superior em condições de vulnerabilidade social.

Na pergunta referente ao exercício de atividade profissional as respostas indicam o predomínio absoluto de discentes que estão inseridos no mercado de trabalho formal ou informal. Conforme destacamos no texto, alguns discentes interpretaram os compromissos e a renda gerada pelo PIBID, pelo Residência Pedagógica e pelo PIBIC como “atividade profissional”. O equívoco na interpretação nos permite constatar que estes programas, apesar de possuírem como prioridade a qualificação da formação oferecida para os futuros docentes, também contribuem para a permanência dos discentes no Ensino Superior, na medida em que oferecem uma contrapartida financeira pelo tempo dedicado para os estudos.

O elevado número de discentes matriculados em Licenciaturas do CPAN que exercem atividades profissionais não parece algo de pouca importância. Ele é uma evidência de que a maior parte dos participantes da pesquisa precisa conciliar trabalho e estudo, e, em determinados casos, também possuem compromisso com a educação dos filhos (situação que se aplica para 21 dos participantes). Nestas condições, o desempenho dos discentes tende a ser prejudicado por limitações de tempo e energia, ou por sobrecarga física e emocional.

Para finalizar este artigo, consideramos pertinente reconhecer o esforço realizado pelos discentes de Licenciatura do CPAN. Para estes sujeitos, conciliar as demandas de um curso de Licenciatura presencial com a necessidade de sustento da família é um grande desafio, sobretudo num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e instável e num sistema de Ensino Superior que muitas vezes desconhece – ou desconsidera – as condições de vida do público que atende.

Referências Bibliográficas

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 27 abr. 2024.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/> Acesso em: 21 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro do Valle e Nilton do Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria no 1.386, de 15 de setembro de 1999**. Dispõe sobre procedimentos para inscrição dos candidatos ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 set.1999.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111096.htm Acesso em: 21 nov. 2023.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLcgtgCgvYP9tXx6NPfsHf> Acesso em: 21 nov. 2023.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 nov. 2023.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/MBtLrKDNWYWY8ntQDwBSGYb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 nov. 2023.

DAYRELL, Juarez et. al. (Orgs.). **Família, Escola e Juventude**. Olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias Avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **RIL**, Brasília, Vol. 58, n. 229, p. 11-35 jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11 Acesso em: 25 nov. 2023.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. [Publicado em 15/07/2020]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> Acesso em: 27 nov. 2023.

LARA, Luciane Dianin de; et. al. O Adolescente e a Escolha Profissional: Compreendendo o Processo de Decisão. **Arquivos De Ciências Da Saúde Da UNIPAR**, 9(1). jan./abr., 2005. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/1356/1207> Acesso em: 21 nov. 2023.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEMOS, Caioá G. de; et al. Carreira Profissional e Relações de Gênero: um estudo comparativo em estudantes universitários. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 55, n. 123, p. 129-148, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v55n123/v55n123a02.pdf> Acesso em: 28 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2020**. Notas Estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em: 25 nov. 2023.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família & Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000. OLIVEIRA, Adrielly Aparecida de; et. al. Os Institutos Federais no processo de expansão do ensino superior no Brasil. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 33, p. 75-95, maio/ago. 2022.

PEREIRA, Fábio Nogueira; GARCIA, Agnaldo. A. Amizade e escolha profissional: influência ou cooperação? **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.8, n.1, p.71-86,

2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a07.pdf> Acesso em: 27 nov. 2023.

PESSOA, Maria Fernanda; VAZ, Daniela Verzola; BOTASSIO, Diego Camargo. Viés de Gênero na escolha profissional no Brasil. Cad. de Pesqu., São Paulo, V. 51, p. 01-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GGGh6ct6TqyWGcXZRxsmtMb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 nov. 2023.

ROSSI, S. M. M. Escolha profissional: a questão do ser é estar na família. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Londrina, v. 3, n.2, 179-185, 1999. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/saude/article/view/966> Acesso em: 05 out. 2023.

SILVA, Cristina Gomes da. **Escolhas escolares, heranças sociais**. Origens, Expectativas e aspirações dos jovens no Ensino Secundário. Lisboa: Celta Editora, 1999.

SOARES, Francisco Luiz Batista. **A escolha no ensino superior**: fatores de decisão. 2007. 125 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10775/000600123.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 29 de nov. 2023.

TEIXEIRA, Marco A. P.; ROCHA, Camile C. da; MENEGOTTO, Patrícia V. Valores de Trabalho, Gênero e Escolha Profissional na Adolescência. Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Rio Grande do Sul, v.19, n.1, p. 79-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociais humanas/article/view/1344/777> Acesso em: 02 set. 2023.

Recebido: dezembro/2023.

Publicado: maio/2024.